



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

SIMBOLOGIA NEGRA NA CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE: O PERTENCIMENTO À CIDADE A PARTIR DAS OCUPAÇÕES DO CENTRO DO RIO DE JANEIRO.

Elaine Freitas de Oliveira.

Professora de Sociologia vinculada à SEEDUC-RJ.

Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ.

E-mail: elainefreitas82@yahoo.com.br

1. A luta pelo direito à cidade a partir da sua centralidade.

A cidade do Rio de Janeiro, que já foi palco do poder central do Brasil e movimenta sua economia especialmente através do turismo, tendo em vista o seu auto-intitulado status institucional de capital cultural, tem sido também cenário de disputa pelo direito à apropriação do espaço por parte de empresas multinacionais relacionadas à rede hoteleira e a empreiteiras, por um lado, não raro em parceria com gestores públicos e, por outro, por movimentos sociais relacionados à luta por moradia que têm priorizado a ocupação para fins residenciais de alguns dos 50 imóveis públicos ociosos ou subutilizados na área central da cidade – grande parte deles abandonados sem função com a transferência da administração federal para Brasília na década de 1950.

Estes movimentos de ocupações se intensificam em meados dos anos 1990, no contexto de redemocratização política brasileira, marcado também pela contenção do processo inflacionário a partir do Plano Real, pelo recrudescimento do índice de desemprego e pela privatização de empresas estatais. Este período, denominado na análise sócio-política como década neoliberal, tornará as ruas do centro da cidade uma passarela de protestos do sindicalismo, particularmente de funcionários públicos, e de movimentos populares, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST.

Na mesma década, uma nova forma de administração pública municipal se desenvolve. As eleições municipais de 1992 concederão a vitória ao economista César Maia, cujo modelo de administração pública determinará as ações e projetos da prefeitura do Rio de Janeiro nos 19 anos subsequentes. Afinal, tanto a eleição de Luiz Paulo Conde (1997 – 2000), quanto a atual gestão municipal administrada por Eduardo Paes desde 1º de janeiro de 2009, além da dupla gestão de César Maia no intervalo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

entre os dois prefeitos citados (2001 – 2004; 2005 – 2008) guardam certa continuidade em termos de proposta urbanística e habitacional.

Baseada na concepção de que o Rio de Janeiro é uma cidade global, dotada de potencial turístico, cuja necessidade de um plano se justifica pela possibilidade deste permitir sua melhor inserção no mercado mundial é que a gestão municipal passa a elaborar as diretrizes do primeiro planejamento estratégico a partir de 1993.

Este marco inaugural coloca a cidade na condição de primeiro município a desenvolver um plano estratégico no hemisfério sul. Experiência em expansão, cujo espaço de articulação e debate é proporcionado pelo CIDEU – Centro Ibero-americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano¹, do qual participam mais de 50 cidades latino-americanas.

Inicialmente, realiza-se um diagnóstico da cidade, no qual se identifica a vocação da cidade, orientadora das linhas estratégicas a serem implementadas por este plano intitulado “Rio Sempre Rio”, concluído em fins de 1995. São definidas, entre outras, as linhas: Rio Integrado (cujos objetivos eram o estímulo à construção de imóveis residenciais no centro da cidade e o desestímulo à favelização) e Rio 2004 – pólo regional, nacional e internacional (almejando tornar-se sede dos Jogos Olímpicos 2004, criando atratividades turísticas diferenciais, tornando o centro da cidade um pólo cultural).

Podemos encontrar uma apresentação interessante da estratégica carioca na obra do diretor executivo (1995/1997) e membro do Conselho Diretor e do Conselho da Cidade do Plano Estratégico do Rio de Janeiro, Rodrigo Lopes – “A cidade intencional” (1998), cujo enfoque se colocou na competitividade da cidade para o exercício de sua suposta vocação econômica – o turismo.

Este projeto de cidade tem fortes antecedentes, especialmente com relação à área central. A valorização desta área por projetos de *revitalização do centro* está pautada desde a gestão municipal do prefeito Israel Klabin (1979-1980) que tomará a decisão de preservar partes do Centro, criando o Corredor Cultural. O ideal de cidade

¹ Criado em 1993, em Barcelona, o Centro Ibero-americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano – CIDEU- é uma rede de 92 cidades membro e 17 entidades colaboradoras vinculadas pelo Planejamento Estratégico Urbano (PEU). CIDEU é um projeto adstrito à Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo vinculado a cidades e especializado em pensamento estratégico urbano.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

cultural construído para a intensificação do ingresso de recursos advindos do turismo se delinea no horizonte da política municipal, intensificando a intencionalidade na produção dos lugares, tornando a cidade mais rígida, menos plástica, dando “margem a uma nova modalidade de criação de escassez, e a uma nova segregação. Esse é o resultado final do exercício combinado da ciência e da técnica e do capital e do poder, na reprodução da cidade.” (Santos, 2004:250-251).

A destinação comercial-empresarial para a área central, antes mesmo que o planejamento estratégico estabelecesse a comercialização do conjunto da cidade através da centralidade de sua vocação turística, teve efeitos diretos em sua dinâmica populacional posterior, como podemos observar através da variação relativa da população da AP1² de -10,3 no período de 1980 a 1991, retratando o esvaziamento de moradores dos bairros centrais, enquanto a cidade do Rio de Janeiro cresceu 7,7% no mesmo período.

No início do século XXI, no entanto, o movimento social que buscava mudar o rumo dessa história através do repovoamento do centro com as ocupações urbanas – o MTST – passa por uma desarticulação por motivos internos, como a disputa ideológica cada vez mais acirrada entre seus integrantes e por motivos externos, com uma seqüência de despejos de famílias residentes em imóveis ocupados. A reativação das mobilizações por moradia na área central se dará, em 2004, com a participação de agrupamentos políticos sem vínculos orgânicos e defensores de uma proposta diferenciada de direção política apoiadas pela Frente de Luta Popular e pela Central de Movimentos Populares, a favor da transferência do poder de decisão dos coordenadores e dirigentes dos movimentos sociais para a assembleia dos moradores das ocupações nas quais cada família tem direito a um voto – sendo, assim, definido o princípio da horizontalidade – e os militantes que não residem nestes espaços têm assegurado somente o direito a voz.

A primeira ocupação a seguir este modelo de organização será a Chiquinha Gonzaga, localizada em imóvel do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – na Rua Barão de São Félix 110, atrás da Central do Brasil, efetivada

² AP1: Área de Planejamento 1, referente aos bairros Centro, Benfica, Catumbi, Cidade Nova, Estácio, Gamboa, Caju, Barreira do Vasco e Mangueira, todos localizados na área central da cidade. As APs são utilizadas como forma de organização das informações do Instituto Pereira Passos – responsável pelos dados do município do Rio de Janeiro.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

em 23 de julho de 2004, abrigando atualmente 68 famílias. Em seguida, instauram-se 134 famílias no imóvel do Instituto Nacional de Seguridade e Previdência Social com a Ocupação Zumbi dos Palmares na Avenida Venezuela 53, em 25 de abril de 2005 e, no ano seguinte, a Ocupação Quilombo das Guerreiras localizada no imóvel da empresa administradora do porto DOCAS – RJ, residência de 50 famílias, desde 08 de outubro de 2006, na Avenida Francisco Bicalho 49, próximo à Rodoviária Novo Rio.

Nos anos subseqüentes, outros movimentos sociais organizados no modelo de coordenação, com pretensões de articulação nacional da luta por moradia, realizam também ocupações de imóveis do INSS no centro da cidade do Rio de Janeiro, em 2007, com a Ocupação Manoel Congo, na Rua Alcindo Guanabara 20 (dirigida pelo MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia) e a Ocupação Carlos Marighella, na Rua Riachuelo 48 (dirigida pelo MTST, que se reorganiza no Rio de Janeiro neste mesmo ano). Em 2008, outra ocupação dirigida pelo MTST – a Nelson Mandela – também se efetiva no centro da cidade à Avenida Mém de Sá 234.

Os aspectos relativos à simbologia presente na nomeação destas ocupações e sua estratégia de conquista de direitos a partir da territorialização dos movimentos na culturalmente valorizada área central da cidade serão alvo da análise deste trabalho.

2. A cor do nome: a simbologia expressa na nomeação das ocupações do centro da cidade do Rio de Janeiro.

A nomeação que confere um referencial simbólico tanto ao lugar ocupado como ao grupo ocupante tem um caráter étnico-racial predominante na demarcação destes territórios coletivos. Uma simbologia que guarda sua força em modelos de representação e de significação marcados por uma memória difusa identificadora de referenciais de mudança e de justiça social.

Mas, diferentemente do que se poderia supor, tal escolha não se deu por uma determinação de formadores políticos preocupados com a instauração de uma simbologia historicamente determinada pela constituição étnica da classe trabalhadora da cidade, fundamentalmente nas condições de trabalho marcadas por maior precariedade.

Ao menos nos três primeiros espaços supramencionados, nos quais tivemos a oportunidade de um acompanhamento mais detalhado, as sugestões de nomes



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

emergiram de integrantes de famílias sem-teto, inclusive em discordância com propostas de militantes dos movimentos sociais que participavam do processo organizativo das ocupações por uma demanda política e não para realização de uma necessidade própria material imediata.

Chiquinha Gonzaga foi aprovada com a defesa de ser uma mulher à frente de seu tempo, abolicionista e compositora. Zumbi dos Palmares como um líder que ajudou na libertação de seu povo. Quilombo das Guerreiras como uma homenagem a todas as mulheres, principalmente àquelas que lutavam. Propostas aclamadas e aprovadas por maioria de votos, cujo sentido foi sendo acrescido de uma idealização dessas pessoas e suas lutas, aproximando-se da ideia de um tipo de democracia direta em uma comunidade de abrigo de todos os desafortunados, desfiliados, excluídos e discriminados da sociedade.

A história do povo brasileiro é contada a partir de informações gerais de domínio público, complementada por uma certa dose de reinvenção na constituição de uma simbologia coletiva nestes movimentos sociais, a partir de uma idealização das características do processo de libertação das opressões e conquista do acesso a bens e serviços a partir das ações diretas dos sujeitos que os demandam.

O referencial étnico-racial destes movimentos sociais se constrói em uma conexão maior com a mitologia do que com a História. Mitos estes que encantam as palavras de estímulo e encorajamento para empoderamento de grupos socialmente vulneráveis diante dos aparatos repressivos institucionais com os quais se enfrentam ao realizar a tentativa de consolidação do direito fundamental à moradia a partir da ação de ocupação.

Os ideais iluministas de esclarecimento do mundo imbuíram as sociedades europeias a justificarem a colonização e a dominação dos demais povos do mundo por se auto-proclamarem como patamar cultural superior da humanidade, estágio mais avançado da civilização, os únicos a possuírem História.

Uma outra compreensão de *cultura*, engendrada pela análise de Muniz Sodré, aponta a possibilidade de definir este fenômeno enquanto *modo de relacionamento humano com seu real*, o que se aproxima da concepção contemporânea das ciências sociais expressa na ideia de cultura como sinônimo de modos de vida, seja na reprodução, seja na transformação da ordem social.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

A partir desta proposição, podemos pensar que o mito, enquanto expressão simbólica de determinada dinâmica cultural, confere sentido à realidade, organizando elementos para a mediação social.

A representação mitológica, portanto, pode ser instrumento de compreensão e explicação do mundo e das relações sociais experimentadas, principalmente em grupos nos quais não predominam formas desenvolvidas pelo modelo de Estado moderno burocrático-burguês de comprovação da verdade pela prova escrita. Embora, de modo geral, conheçam a técnica da escrita e reconheçam o seu papel nas relações institucionais que precisam estabelecer para ter acesso a determinados bens e serviços como ingresso em espaços escolares, hospitalares, profissionais, não reproduzem necessariamente esta centralidade da palavra gravada para eternidade como evidência da verdade nas suas relações mais pessoais, cotidianas, como as que se estabelecem no espaço de moradia coletiva.

Exemplo disso são as decisões em assembleia, para as quais nunca se demandou por parte do conjunto dos moradores registro em ata. Este instrumento só começa a ser implementado a partir de uma necessidade colocada por pessoas formadas em instituições político-partidárias ou em instituições universitárias. Mesmo assim, nunca se conseguiu que tal mecanismo de registro das decisões funcionasse com a eficiência esperada por aqueles que o consideram necessário.

A concepção de que cada assembleia é soberana, que a repetição dos temas pode confirmar a decisão coletiva ou modificá-la a qualquer tempo, sofre embate com a lógica de avançar, progredir, passar para o próximo ponto superando o que já foi discutido e votado. Desse modo, o ritual da repetição aniquila a lógica do valor do tempo e a escrita – forma determinante da sociedade ocidental, dos povos que se reivindicam como portadores da História da humanidade – sendo abolida a sua centralidade.

Isto significa que a ritualidade coletivamente constituída nas assembleias de moradores dessas ocupações urbanas se insere em uma concepção de *cultura*, de um modo determinado de estabelecer as relações sociais, identificada por Muniz Sodré como característica da cultura negra. Assim, o modelo cultural vivenciado nestes territórios do movimento social em análise se diferencia da herança histórica, evidenciada pelo estudo de Muniz Sodré, calcada na estratégia política expansionista e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

hegemonizante do conceito de civilização vinculado à ideia de cultura como cultivo e elevação intelectual no mundo moderno ocidental.

A heterogeneidade dos jogos, lutas e aproximações que constituem o movimento simbólico de identificação das atuais mobilizações por moradia como continuidade de movimentos por liberdade e demais direitos fundamentais através da formação dos quilombos e de grupos abolicionistas em um tempo indeterminado conta uma história sentida, uma história vivida, através do discurso mítico da comunidade.

Uma forma própria de auto-definição se desenvolve nas atividades artísticas no interior das ocupações. As produções de vídeo sobre a Ocupação Quilombo das Guerreiras por uma de suas moradoras em 2006, bem como o filme “Justa Causa” de 2009 cuja realização foi obra de moradoras e ex-moradoras das ocupações Chiquinha Gonzaga e Quilombo das Guerreiras, lançam mão de uma linguagem poética que não se dispõe à explicação tecnocientífica da História do movimento de luta por moradia, do conceito e do direito à habitação, mas sim trabalha com o engendramento de força e de energia, do poder de realização, seduzindo e encantando o grupo, semelhante à idéia de axé e muntu como componentes da forma social negro-brasileira.

É fundamental que outros mecanismos não-coloniais de diálogo se estabeleçam para a consolidação de movimentos populares, entre os quais a tradição da oralidade, da mística, pelo uso da simbologia negra. Os detalhes de datas e fatos passados trazidos pelo conhecimento científico passam a ter que dialogar com a história sentida no âmbito das atividades de formação política dos movimentos sociais, podendo, desse modo, contribuir de maneira mais significativa no combate à desigualdade social e à discriminação racial.

A relação entre desigualdade social e discriminação racial pode ser encontrada, por exemplo, na obra *Raças e classes sociais no Brasil*, de Octavio Ianni, onde a formação social é analisada com base determinante na economia, a partir da qual se forjam as posições dos sujeitos historicamente constituídas, reforçadas pelas ações políticas e pelas justificações ideológicas destas ações.

O negro, portanto, sofre a imposição da condição de subalternidade na sociedade brasileira a partir do trabalho escravo vigente no país durante quase quatro séculos, cuja abolição conferiu direitos de cidadania formal, mas, sem definir as condições



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

econômicas para a sobrevivência, acabando por conceder uma liberdade sem conteúdo material para ser exercida.

O ex-escravo passa ao estatuto de cidadão livre em 1888 sem acesso às terras, tendo em vista que a Lei do Império que instituiu a propriedade privada data de 1850, quando aos negros escravizados estava vedada a aquisição de tal propriedade; sem acesso à escola pública, em sua maioria, já que a primeira Lei de Diretrizes para a Educação Nacional, que incluía a educação básica como obrigação do Estado só foi aprovada em 1961; e, com sérias dificuldades para ter acesso ao trabalho formal em função de um desenvolvimento urbano-industrial inserido na agenda política apenas na década de 1930, tendo resultados mais consolidados somente nos idos de 1950, e, além disso, com aberta preferência para o uso da mão-de-obra oferecida pela imigração europeia estimulada (não raras vezes, diretamente financiada) por proprietários de terras, empresários e governantes desde o final do século XIX, como concretização da política de *branqueamento* do país.

Esta política gerou uma cisão no momento mesmo de surgimento da classe trabalhadora assalariada como grupo social responsável pela maior parte das atividades produtivas brasileiras. Os efeitos subjetivos no imaginário social desta discriminação sócio-racial se fizeram sentir nas gerações subseqüentes, como demonstra a pesquisa de Octavio Ianni sobre a ideologia do branco, do negro e do mulato na cidade de Florianópolis, a partir da qual pode o autor afirmar que a ideologia do grupo racial economicamente e politicamente dominante é a ideologia dominante em toda a sociedade, levando a uma concepção de inferioridade sobre si mesmos de negros e mulatos, buscando estes a ascensão social muitas vezes em relações inter-étnicas para obedecer à lógica do branqueamento para maior aceitação nas camadas sociais mais abastadas. Negros e mulatos se viam, assim, *pelo espelho dos brancos*.

A importância do ponto de vista de Octavio Ianni está no desvendamento de que a classe social brasileira tem a cor negra, principalmente nos trabalhos manuais de mais baixa qualificação e mais precária remuneração, em função de determinantes econômicos e políticos historicamente construídos. Ianni reconstrói a trajetória da formação social e racial brasileira, concluindo que *o proletário negro é duplamente*



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

operário, por ser alienado como classe e como raça, duas condições distintas e interligadas.

Estudo contemporâneo ao de Octavio Ianni, a análise sobre a problemática étnico-racial brasileira de Florestan Fernandes se desenvolve ao longo de três décadas, sendo este conjunto de pesquisas e ensaios publicado na obra *O negro no mundo dos brancos* em 1972.

Florestan Fernandes propõe como solução para o problema da discriminação racial uma *segunda abolição*, a partir da qual se supere o poder político conservador e sua relação de privilégio no acesso ao poder e aos recursos sociais, através da ação de negros e mulatos, ao adotarem um radicalismo crítico da estrutura de poder, promovendo uma verdadeira revolução democrática mediante a ruptura com os mecanismos de subordinação e discriminação que atingem até mesmo as relações intra-classe, nas quais os negros enfrentam barreiras mais cruéis na tentativa de escapar à pobreza do que os brancos pobres em igual situação econômica.

Nesse contexto, o jogo da diferença instaurada pela forma social negro-brasileira abre a perspectiva de uma discursividade dissonante no pensamento liminar³, no limite, nas brechas da sociedade ocidental, com a instauração de uma forma que permite uma outra perspectiva de construção coletiva, enquanto território no qual se estabelecem as relações sociais matizadas pela simbologia das ocupações urbanas do centro do Rio de Janeiro, enquanto movimento social em formação.

3. Territorialidade como estratégia de resistência.

³ “A gnose li das margens sobre o sabe dos coloniali modernidade crítica sobre colonial/moc margens ext subsequente:



concebido o discurso perspectiva reectiva das a reflexão a mundial quanto das as etapas

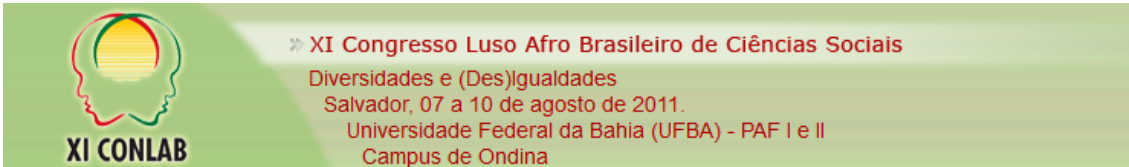


Figura 1 - Crianças da Ocupação Guerreiro Urbano, na Av. Mém de Sá 234 (13 de dezembro de 2010)

As formas simbólicas experimentadas pelos grupos de ocupantes de prédios públicos no centro da cidade do Rio de Janeiro se constroem em um determinado espaço no qual *morar* envolve, também, uma mudança na maneira de se relacionar socialmente, tendo em vista uma estrutura organizativa que intensifica o encontro, os embates, a vivência comunitária – distinta da ideologia individualista da sociedade ocidental capitalista.

Estes espaços, ordenados na direção de uma identidade de grupo, formam um *território*, cujas regras são criadas e recriadas constantemente nas reuniões circulares, onde todos os moradores têm livre participação.

Assim, a cidade vai sendo classificada de maneira diversa à afirmação do status quo dominante, do poder político que nomeia a Avenida Francisco Bicalho, a Rua Barão de São Félix e a Avenida Mem de Sá, pois, tornam-se territórios ocupados pela simbologia das habitações conquistadas pelos grupos Quilombo das Guerreiras, Chiquinha Gonzaga e Nelson Mandela, respectivamente.

O enfrentamento dessa simbologia se dá com relação ao pensamento dominante vigente de cidade. Se, em princípios da República, o prefeito Pereira Passos se propõe à implementação de uma reforma do centro da cidade do Rio de Janeiro, buscando torná-la parte da civilização ocidental, um tipo de “Paris tropical”, em ação institucional apelidada de *haussmanização*, novamente é o padrão europeu que se tenta importar com as propostas de *revitalização* dos centros urbanos brasileiros, inspirados pela estratégia de atração dos setores médios para habitar estas áreas centrais, como fez a administração local da cidade de Barcelona, cujo caráter excludente se agrava na cidade do Rio, ao se vincular tal perspectiva a um modelo de segurança identificado com a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

cidade de Nova Iorque, caracterizado por presença mais incisiva e repressiva dos agentes policiais no espaço público urbano.

A rua fica interditada aos *suspeitos*, sendo talvez desnecessário dizer que são estes, predominantemente, negros. Um conjunto de medidas, enfim, que intensificam o processo de desterritorialização das camadas populares habitantes no centro em espaços semelhantes aos cortiços. As ocupações se insurgem, neste contexto, enquanto estratégia de resistência para manter a residência próxima a este local valorizado pelos interesses do capital, como concentrador de bens e serviços, rompendo com a lógica de afastamento das populações pobres dos grandes centros – esta perversa perpetuação da segregação territorial imposta, desde tempos coloniais, principalmente (embora não exclusivamente), à população negra.

Os grupos populares, a partir de seus movimentos de resistência, em suas lutas e acomodações no território da cidade, inicialmente fora dos marcos da propriedade – da qual têm sido constantemente alijados -, apropriando-se do espaço através da força da coletividade, tomando a cidade como patrimônio a ser compartilhado, contribuindo para a alteração da correlação de força no imaginário social em relação ao conflito entre a legitimação da propriedade e o direito à moradia a ser assegurado conjuntamente ao cumprimento da função social dos imóveis do centro do Rio⁴.

Coletividade que partilha a sua confraternização com o Bloco Recreativo Carnavalesco Zumbi dos Palmares que saía às ruas da Praça Mauá desde fevereiro de 2007⁵. Apropria-se das ruas nas imediações da Rodoviária Novo Rio e da Central do Brasil com seu trabalho informal, tornando a proximidade da residência um facilitador dos meios de sobrevivência nas condições precárias em que se apresentam as possibilidades de ocupação profissional na atualidade. Participa sempre, em alguma medida, das principais manifestações que tomam conta das Avenidas Presidente Vargas e Rio Branco como o Grito dos Excluídos (7 de setembro) e o Dia da Consciência

⁴ Essas mediações simbólicas são fundamentais, já que, como afirma Foucault (2008, p.285), “toda transformação que modifica as relações de força entre comunidades ou grupos, todo conflito que os põe em confronto ou que os faz rivalizar requer a utilização de táticas que permitem modificar as relações de poder e a introdução de elementos teóricos que justificam moralmente ou fundam em racionalidade essas táticas.”

⁵ A interrupção das atividades do Bloco organizado pela Ocupação Zumbi dos Palmares se deve à retirada dos moradores do imóvel da Avenida Venezuela 53 em fevereiro de 2011 após um ano de pressão dos funcionários da prefeitura sobre os moradores ameaçando com despejo e oferecendo indenização pelos apartamentos.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Negra (20 de novembro). Ocupa os bancos escolares de instituições públicas da zona central da cidade. Também se faz ouvir nos auditórios de universidades e sindicatos, quando convidados por outros movimentos sociais territorializados nestes espaços.

A práxis dos movimentos sociais tem buscado a efetivação de direitos humanos – na maioria das vezes, contra o próprio Direito, em seus aspectos de manutenção do status quo, como no exemplo do direito fundamental e ilimitado à propriedade. *Se morar é um direito, ocupar é um dever* é palavra de ordem de um sujeito coletivo que se constrói nas relações diárias experimentadas em território conquistado aos *donos da cidade* (de direito público ou privado) e se insurge contra uma norma legislativa que autoriza despejos na forma jurídica de “reintegração de posse”, contrariando o direito social à moradia previsto no artigo sexto da Constituição Federal de 1988.

A pressão exercida pela necessidade organizada na luta reivindicatória tem promovido uma modificação no espaço da cidade, ao ressignificar os lugares delimitados, nomeados e demarcados pelas classes dominantes a partir dos símbolos e das formas organizativas empreendidas pelas famílias ocupantes. Uma ocupação não modifica só um prédio ou terreno, mas todo o entorno. Sua experiência interage com as formas de trabalho e consumo dos arredores, a escola do bairro, os locais religiosos e, principalmente, as praças e vias públicas.

Projeções de vídeos relativos às lutas sociais, divulgação de materiais da imprensa comunitária e popular, reflorestamento de praça abandonada pelo poder público, jogos de vôlei e futebol, comércio informal, manifestações e protestos pelo direito à moradia – todos estes eventos contribuem para o diálogo e para o embate entre as concepções de mundo com relação ao funcionamento da cidade, as políticas urbanas, a ideia de justiça e de bem comum, junto à população que vive, trabalha ou simplesmente passa próximo às ocupações.

Desse modo, o imaginário coletivo a respeito do sentido de termos como *legalidade* e *legitimidade* pode vir a se transformar com o contraponto à ideia dos donos por direito por uma denúncia do estado dos imóveis urbanos que não cumprem função social como determina o artigo 182 da Constituição – fato agravado pela demanda por moradia que mesmo se o IBGE não nos dissesse ser de mais de 7 milhões de famílias e o IPP não afirmasse que destes 270 mil estão na cidade do Rio de Janeiro, nós o saberíamos pelo contingente dormindo nas calçadas das grandes cidades e pelo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

adensamento dos habitantes de bairros periféricos e casas localizadas nos enclaves de pobreza nas áreas de maior concentração de poder econômico.

Além disso, a produção acadêmica reformula interpretações com relação às questões da democracia, da urbanização e da legislação referente a estes temas, criando-se grupos de debate como os Núcleos de Lutas Urbanas do Serviço Social da UFF e do Direito da UFRJ, as pesquisas do NuPeD da Geografia da UFRJ, bem como grupos de ação, destacando-se a Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares.

Por fim, os projetos de políticas urbanas passam a pautar mais enfaticamente a importância da participação popular no planejamento da distribuição dos recursos e nas características das intervenções estatais. Se não como prática desejável, ao menos como obrigação retórica para que os discursos dos representantes políticos e dos técnicos das instituições públicas tenham aceitação social.

As forças sociais orientadas pelo direito à moradia na área central têm demonstrado forte potencial de radicalizar, subvertendo, o modelo democrático de organização social. Instaure-se um processo de apropriação e de resignificação dos discursos jurídico-políticos e sócio-ambientais pelos movimentos urbanos.

O direito de ocupar passa a ser entendido como um desdobramento do direito de morar, em um país de estrutura econômica que amarga o lugar de concentrador das maiores desigualdades no ranking mundial. E os espaços urbanizados, dotados de infraestrutura necessária a condições dignas de habitabilidade também são desigualmente distribuídos. Por isso, o centro da cidade é o palco onde se manifestam os grupos interessados na universalização do direito à habitação em locais nos quais seja garantida a disponibilidade dos bens e serviços socialmente produzidos.

Tornar os imóveis vazios, ociosos e sub-utilizados em moradia popular seria, ademais, uma alternativa mais barata. No caso específico do município do Rio de Janeiro, a própria sensação de insegurança transmitida pelo esvaziamento noturno da área central em decorrência do número reduzido de habitações nos locais concentradores de centros culturais poderia ser minimizada a partir da destinação residencial dos imóveis públicos (e mesmo os privados) desativados nesta região e nas suas imediações. Isto, associado a uma proposta de residências com áreas de convívio coletivo que cumprem a função de abrigar atividades associativo-comunitárias e artístico-culturais e, em alguns casos, com espaço também para desenvolver hortas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

urbanas. Desenvolve-se, nestes espaços ocupados, uma nova consciência do mundo através do lugar (SANTOS, 2005, p.161).

Tais proposições alternativas às políticas institucionais vigentes dariam conta, assim, da concretização do direito humano à moradia digna previsto na Declaração da ONU de 1948, através das iniciativas dos movimentos de ocupações urbanas, na contramão das políticas público-privadas de valorização especulativa do centro da cidade para aprofundamento da inserção do Rio de Janeiro no circuito econômico mundial. O planejamento municipal focado no turismo como principal forma de acumulação de capital – prevendo a restauração de edificações para construção de hotéis, condomínios para os setores de rendimento médio e casas de show – enfrenta a resistência das famílias dos diversos trabalhadores formais e informais que habitam este território. Sinal dos tempos de expansão das possibilidades de reunião e organização dos setores populares, no bojo da redemocratização do Brasil e da reclamação dos movimentos sociais de que este modelo político não se limite à escolha dos representantes mas se amplie para a socialização de condições dignas de vida e do poder de decisão sobre os destinos da sociedade.

4. Considerações finais

Henri Lefebvre nos indica que o desenvolvimento do capitalismo instaura uma cotidianidade baseada na generalização da economia mercantil e monetária, na qual “*cresceu a prosa do mundo, invadiu tudo, os textos, o que se escreve, os objetos como os escritos, chegando a expulsar a poesia para longe*” (1991, p.36). Daí a necessidade de uma revolução cultural. Uma transformação nas estratégias de pensamento e de ação capaz de reinstaurar a história na realidade, rompendo com o eterno presentismo. Um ato, a um só tempo, filosófico, poético e político.

Trata-se de uma democratização da centralidade urbana protagonizada por uma *classe em formação*, constituída pelo que Milton Santos irá nomear como *homens “lentos”* “*nessa cidade moderna [que] nos move como se fôssemos máquinas, e [onde] os nossos menores gestos são comandados por um relógio onipresente*” (2004, p.187) a qual escapam do totalitarismo de sua racionalidade técnica urbana globalizante justamente os pobres, aqueles que têm as imagens da modernização apenas como miragens e, por isso, podem dotar-se da capacidade de prospectiva para além desse



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

imaginário perverso do modelo hegemônico de cidade, onde os gestores públicos e os noticiários da grande mídia produzem uma ideiação de intervenções no espaço, estigmatizando como desviantes do modelo ambulantes, favelados e ocupantes, por suas *contracondutas*⁶, como se fossem piratas que tentam assaltar e fazer naufragar o navio-cidade dirigido pelo timoneiro-prefeito, cuja metáfora expressa as políticas segregacionistas e repressoras como o “choque de ordem” municipal, o envio da força nacional pela gestão federal para controle de territórios populares ou o uso de muros e blindados pelo atual governador do Estado nestes mesmo territórios, marcando com o autoritarismo as ações estatais, na contramão das perspectivas de democracia participativa e de democracia direta que faziam parte das esperanças populares com as significativas mobilizações que entram em cena no contexto da derrocada do regime militar do Brasil.

Organizados nas ocupações do centro do Rio de Janeiro, mobilizados para assegurar o direito a este espaço, tendo por *força vital*⁷ a reunião do conjunto dos moradores, de suas opiniões, práticas e projetos de vida, instaura-se o processo de formação de um novo sujeito coletivo em construção e construtor de práticas horizontais de organização das relações sócio-espaciais, abrindo as portas para debates e práticas direcionados a uma distribuição justa e igualitária das riquezas e do poder em nossa sociedade.

Referências bibliográficas

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

⁶ Foucault (2008, p.478) classifica as formas de *contracondutas* da escatologia revolucionária em: 1) a afirmação de que a sociedade civil prevalecerá sobre o Estado (como se evidencia na prática do direito insurgente); 2) a afirmação do direito absoluto à revolta em nome das necessidades fundamentais (como é o próprio ato de ocupar propriedade públicas e privadas); e 3) a afirmação da nação como detentora da verdade, em contraposição ao Estado (como indica, por exemplo, a fala do morador Carlos José, em sua crítica a um despejo realizado pelas polícias militar e federal, a pedido do proprietário INSS, declarando que “eles agem contra a sociedade”, enquanto pode-se observar a referência inversa de setores populares não-organizados em movimentos sociais, como em redações de estudantes da rede estadual de educação que freqüentemente fazem referência à sua pobreza como motivo para sofrerem discriminação por parte da sociedade, como se os pobres fossem o Outro da sociedade).

⁷ A ideia de “força vital” como poder de decidir, de dirigir, de governar, enfim, de organizar o convívio social encontra-se, segundo Michel Foucault (2008, p.312), na obra de São Tomás de Aquino, em sua definição da importância do rei para assegurar o bem comum.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

CARRIL, Lourdes. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.

FOUCAULT, Michael. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LAGO, Luciana Corrêa do. *Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

_____, Henry. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999.

_____, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, Rodrigo. *A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____, Milton. "O lugar: encontrando o futuro". *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

_____, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2004.

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida: Por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____, Muniz. *O terreiro e a cidade: A forma social negro-brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.